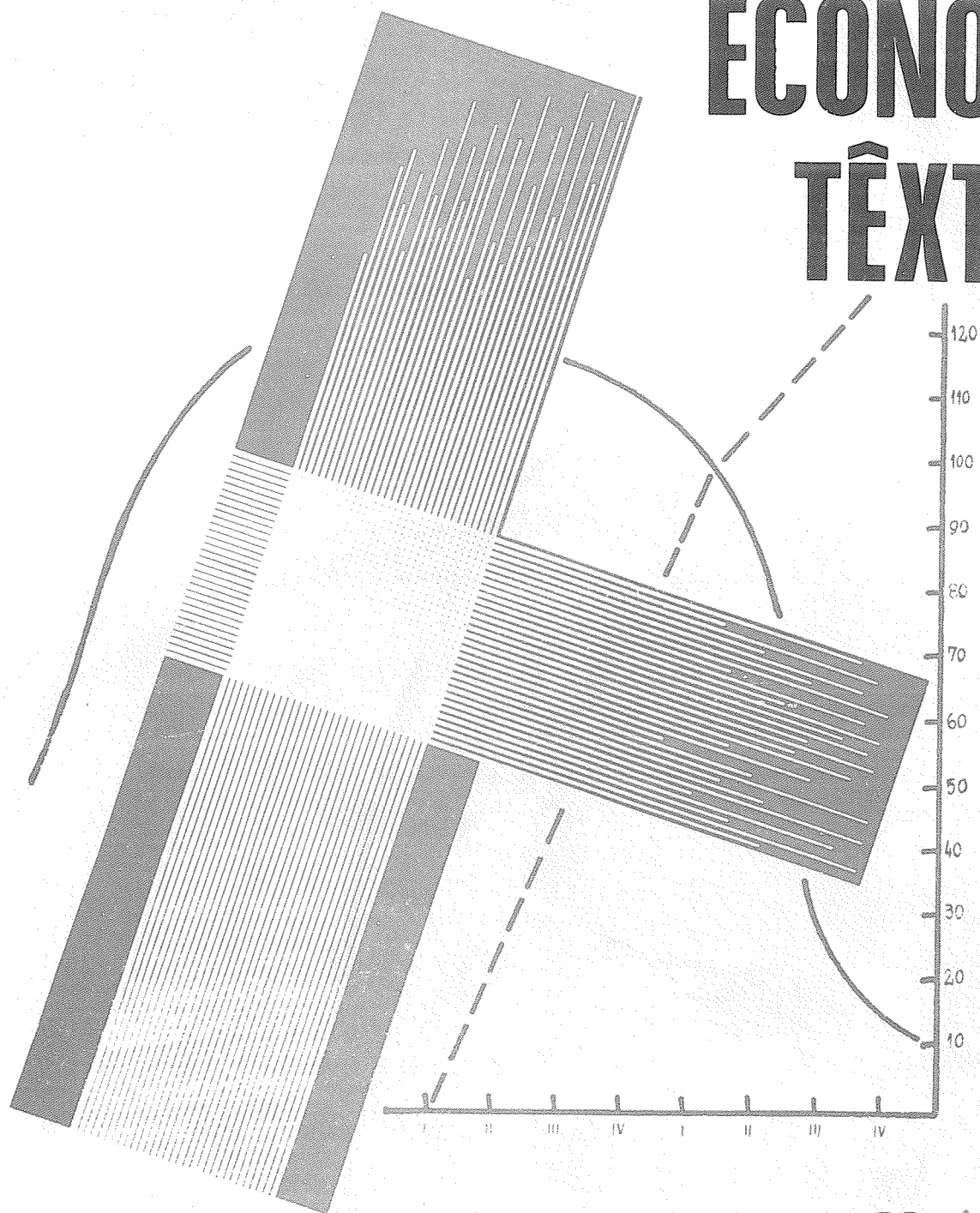
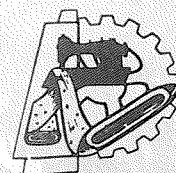


ECONOMIA TÊXTIL



Nº 1
Dezembro/79
* *

GABINETE ECONÓMICO DA
FEDERAÇÃO DOS SINDICATOS DOS TRABALHADORES TÊXTEIS, LANIFÍCIOS E VESTUÁRIO DE PORTUGAL



INTRODUÇÃO

Como salientou o II Congresso

" Os trabalhadores têxteis lutam pela gzarantia do emprego a todos os trabalhadores actualmente empregados e criação de novos postos de trabalho para grande número de desempregados e dos jovens que procuram emprego pela 1ª vez".

Nesta publicação, primeira de uma abordagem regular e sistemática sobre todos os aspectos da economia do sector têxtil, procuramos fazer uma síntese da situação no momento presente.

Este texto não teria sido possível sem a luta de todos os trabalhadores têxteis contra o desemprego, pela defesa dos postos de trabalho, sem a actuação organizada de todos os Sindicatos e da Federação. Ele em si representa um espaço colectivo passado. Transformar-se num segmento da alavanca que impulsionará outras lutas se esclarecer, reforçar a determinação de luta e unidade, se, de alguma forma, fôr um guia para a acção.

Outubro, 1979

DESEMPREGO NO SECTOR TEXTIL

1. Desemprego no sector

1.1. Informações sindicais: síntese e conclusões

- 1.1.1. Panorama geral
- 1.1.2. Por regiões sindicais
- 1.1.3. Por sub-sectores
- 1.1.4. Outras conclusões

1.2. Comparação entre desemprego na têxtil e no País

1.3. Algumas referências internacionais

2. Razões do desemprego no sector

2.1. Razões gerais mas actuates

- 2.1.1. Exército industrial de reserva, necessidade imperiosa da acumulação capitalista.
- 2.1.2. Conjuntura internacional
- 2.1.3. Conjuntura nacional
- 2.1.4. Processo contra-revolucionário e repressão

2.2. Razões específicas acumuladoras

- 2.2.1. Estrutura anárquica do sector
- 2.2.2. PMEs e mercado interno
- 2.2.3. Sensibilidade conjuntural do sector
- 2.2.4. Alteração sectorial da divisão internacional do trabalho

3. Análise da outra face: evolução recente do emprego no sector

4. Que solução ?

- 4.1. Reconversão dirigida pelo Banco Mundial ?
- 4.2. Integração no Mercado Comum ?
- 4.3. Propostas dos trabalhadores

1. DESEMPREGO NO SECTOR

1.1. Informações Sindicais, Síntese e Conclusões

Nos quadros I e II estão sintetizadas todas as informações que foram possíveis de obter por via sindical.

A riqueza de dados que fornece, a caracterização da situação que permite, contrasta com a falta de informações oficiais sobre o desemprego: os dados oficiais e oficiosos apresentam grandes diferenças entre si, os serviços regionais ligados ao emprego e desemprego raramente fazem apuramentos de dados, as publicações centrais apresentam-se muito agregadas.

O quadro refere-se a todo o sector têxtil, entendendo por este os seguintes subsectores na classificação actual da CAE (64): 231.1, 231.4, 231.6, 231.9, (Têxtil Algodoeira), 232 (Malhas), 231.2 (Lanifícios), 231.5 (Tapeçaria), 233.1, 233.2 (Cordoaria), 239.2, 243.2, 244 (Vestuário e Chapelaria) e 239.9.

Nem sempre foi possível distinguir entre as informações sobre desemprego que traduziam uma situação acumulada num dado momento e as variações de desemprego registadas durante um certo período, mas podemos concluir que os elementos contidos no quadro referem-se a aumentos de desemprego durante 1978 ou a alguns casos anteriores mas ainda não totalmente resolvidos sindicalmente.

As regiões foram definidas na base de um critério geográfico-económico de localização das indústrias e sindical.

1.1.2. Desemprego Têxtil por Regiões Sindicais

No Porto (compreendendo Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Maia e Rio Tinto) verificaram-se 1.318 despedimentos o que representa 41,3% do total de despedimentos têxteis em todo o País. Seguem-se-lhe por ordem decrescente, as regiões de Lisboa com 626 (19,6%) da Covilhã com 482 (15,1 %), Famalicão com 129 (4,4%), Guimarães com 116 (3,6%) Mira D'Aire com 115 (3,6%) Santo Tirso com 101 (3,1%) Setúbal com 92 (2,8%) e Braga com 53 (1,6%).

Atendendo à maior ou menor especialização que cada uma das regiões apresente nos subsectores têxteis, este ordenamento apresenta alguns aspectos curiosos que em parte serão analisados no ponto seguinte: maior relevância das regiões urbanas onde estão facilitadas as condições de surgimento de empresas viradas para o mercado consumidor, ordenamento diferente de regiões similares, total irrelevância de algumas regiões como por exemplo, Fafe, etc..

Contudo esta ordenação apresenta uma limitação: tanto reflete o desemprego nas regiões como o peso destas na totalidade dos trabalhadores do sector.

Se considerássemos o desemprego no sector por regiões atendendo ao peso dos desempregados na população activa ou na população activa no sector têxtil a ordenação seria diferente. Assim, por exemplo, em termos regionais o número de desempregados na Covilhã é bastante mais importante relativamente que o similar no Porto, o que aliás ressalta no quadro pelo número de empresas

abrangidas e pela percentagem de despedimentos no conjunto dos trabalhadores dessas empresas.

Analisando por tipos de despedimentos conclui-se que as regiões onde se verificaram maior nº de despedimentos individuais por repressão foram:

PORTO	76	(30,6%)
COVILHÃ	63	(25,4%)
FAMALICÃO	47	(18,9%)

No que se refere a despedimentos colectivos por falência as regiões mais representativas foram: Porto com 1.151 (54%), Covilhã com 419 (19,6%), Lisboa com 292 (13,7%), Famalicão com 71 (3,3%) e Santo Tirso com 41 (1,9%).

As regiões em que as empresas onde se registaram despedimentos apresentam maior dimensão média e o motivo para os casos registados não foi repressivo são aquelas em que a situação se apresenta mais grave. Contudo esta conclusão tem que ser articulada com o afirmado em 1.1.4.

Vejam-se os gráficos I e II.

1.1.3. Desemprego Têxtil Por Sub-Sectores

O maior número de despedimentos registou-se no Sub-sector das Confecções - 1.356, ou seja 42,5% do total do sector têxtil. Daquele número 863 (63,6%) referem-se a despedimentos, por falência, e 45 (3,3%) por repressão, e 448 por outros motivos. As regiões que mais contribuíram para o desemprego neste sub-sector foram: por falência : Porto com 614 (46,8%), Lisboa com 414 (31,5%), Famalicão com 71 (5,2%); por repressão: Braga com 14 (1,0%) e Guimarães com 6 (0,48%).

O sub-sector têxtil algodoeiro e malhas registou 961 despedimentos (30,2%) dos quais 507 (52,7%) por falências, 148 (15,4%) por repressão e 233 (24,2%) por outros motivos. Por regiões, verifica-se que o Porto contribuiu com 380 despedimentos (39,5%) por falências e 72 (7%) por repressão; Lisboa com 42 (4,3%) por falências; Santo Tirso com 41 (4,2%) por falências e 14 (1,4%) por repressão, Mira D'Aire com 25 (2,6%) por falência; Guimarães com 19 (1,9%) por falências.

No sub-sector dos Lanifícios houve 863 despedimentos sendo de 799 (92,5%) o nº de trabalhadores despedidos por falência e 64 (7,5%) por repressão. A região da Covilhã com 419 despedimentos por falência (48,5%) e 63 (7,3%) por repressão foi a mais representativa, seguida da região de Lisboa e Porto com 170 (19,7%) trabalhadores despedidos por falência e Torres Novas com 40 (4%) despedimentos por falência.

Ao sub-sector da Cordoaria e Tapeçaria, onde se verificaram 8 despedimentos, cabe a percentagem de 0,2%. No entanto, foi de 100% a percentagem relativa a despedimentos por repressão (8).

Verificamos, pois, que é o sub-sector mais dirigido directamente para o consumo pessoal, nacional e estrangeiro, que apresenta maior relevância (1).

Vejam-se o gráfico III

1.1.4. Outras Conclusões

O peso dos despedimentos em relação ao total dos trabalhadores das empresas onde aqueles se verificaram é o seguinte para cada um dos sub-sectores:

QUADRO I

SUB-SECTOR	Nº EMPRESAS	Nº TRABALHADORES	DESPEDIMENTOS	%
Confecções	52	2.271	1.356	59,7
Têxtil (Algodoeira e Malhas)	141	27.305	961	3,5
Lanifícios	23	1.517	863	56,9
Tapeçaria e Cordoaria	8	482	8	1,6
	224	31.575	3.188	10,1%

Uma outra comparação relevante é a que relaciona os despedimentos com a dimensão das empresas.

Como se deduz da análise do quadro II foi nas empresas pertencentes ao escalão (50 a 99) trabalhadores onde se registou o maior número de despedimentos 878 (27,5%) dos quais 45 por repressão, 575 por falências e 258 por outros motivos.

Por outro lado a repressão foi maior nas empresas pertencentes ao escalão (20 a 49) trabalhadores, onde se registaram 85 despedimentos (34,2%) e nas empresas do escalão 50 a 99 com 45 trabalhadores despedidos (18,2%) por aquele motivo.

Quanto a trabalhadores despedidos por falências comprova-se que foram as PME's que mais contribuíram para aquele tipo de despedimento. Os escalões mais representativos foram o de (20 a 49) com 330 despedimentos (15,5%) e escalão de (50 a 99) com 525 (27%) e o de (100 a 199) trabalhadores com 627 despedimentos, ou seja, 29,4%.

Em síntese, a comparação por dimensão de empresa mostra que:

- foi nas pequenas e médias empresas que se registou o maior peso de despedimentos.

- são as médias empresas que apresentam maior relevância devido à sua maior importância para o conjunto de emprego no sector.

1.2. Comparação entre desemprego na têxtil e no país

Como referimos no domínio das estatísticas publicadas por diversos organismos oficiais, existem grandes diferenças no cômputo do actual volume de desemprego.

O quadro III mostra-o:

QUADRO II - DESPEDIMENTOS POR ESCALÕES DE EMPRESAS

		EMPRESAS COM O Nº DE TRABALHADORES													
	TOTAL	até 19		de 20 a 49		de 50 a 99		de 100 a 199		de 200 a 499		de 500 a 999		mais de 1.000	
		VA	%	VA	%	VA	%	VA	%	VA	%	VA	%	VA	%
DESPEDIMENTOS	3188	311	9,8	549	17,2	878	27,5	824	25,8	499	15,7	77	2,4	50	1,6
" por repressão	248	25	10,1	85	34,2	45	18,2	32	12,9	31	12,5	11	4,5	19	7,6
" falências	2131	129	6,1	330	15,5	575	27,0	627	29,4	433	20,3	37	1,7	---	---
" outros motivos	809	157	19,4	134	16,6	258	31,9	165	20,4	35	4,3	29	3,6	31	3,8

Observações: % calculadas em relação ao total de despedimentos por linha

Quadro IIIDesemprego em 1978 (em milhares)

	Procura do 1º emprego	Procura do 2º emprego	Total	Taxa de Desemprego
INSTITUTO NACIONAL ESTADÍSTICA	198.	150.	348.	8,4%
MIN. TRABALHO G.E.P.	242.	220.	462	13,7%
MINISTÉRIO DO TRABALHO SEPE (x)	51.	217.	268.	

Observações:

- (x) inscrições nos Centros de Emprego, como seria de esperar é inferior. Contudo não existe uma estimativa de qual é o peso da amostra.

Mas analisemos aspectos da evolução do desemprego e da situação do sector no contexto global:

- A) Houve um agravamento do desemprego entre 1977 e 1978: a taxa de desemprego geral, segundo o INE, subiu de 7,9% para 8,4%. Esta deterioração acentuou-se sobretudo para os jovens e para a mão de obra feminina. Entre 1977 e 1978 e ainda de acordo com o INE, a taxa de desemprego juvenil que em 1977 era de 16,1% subiu para 18% em 1978 e a taxa de desemprego feminino passou de 9,3% (no 1º semestre de 1977) para 11,6% (no 1º semestre de 1978). É bem patente nestes dados a total incapacidade da recuperação capitalista em colocar o cada vez maior número de jovens saídos das nossas escolas e reflete ainda a situação de desfavor em que se encontra a mulher no mercado de trabalho.
- B) Desagregando por sectores verifica-se que a indústria transformadora cabe o maior volume de desemprego:

(ver quadro IV)

Quadro IV

Repartição percentual do desemprego por sectores de actividade económica.

SECTORES	1977	1978
SECTOR PRIMÁRIO	4,03	4,96
- Agricultura, pecuária, sivicultura, caça e pesca	(3,36)	(4,26)
- Indústrias extractivas	(0,67)	(0,71)
SECTOR SECUNDÁRIO	50,34	49,65
- Indústrias transformadas	(33,56)	(36,88)
- Electricidade, gás e água, constr. e obras públicas	(16,78)	(12,77)
SECTOR TERCIÁRIO	41,61	39,72
- Comércio por grosso e a retalho, restaurantes e hotéis	(19,46)	(18,44)
- Bancos, seguros	(4,03)	(2,13)
- Transportes	(3,36)	(3,55)
- Outros serviços	(14,76)	(15,61)
<u>FONTE:</u> INE, Inquérito Permanente ao Emprego		

No conjunto das transformadoras a têxtil é uma das indústrias mais atingidas pela crise conjuntural capitalista iniciada no II semestre de 1973 e pelo comportamento dos gestores de muitas empresas que, após Abril de 1974, preferiram abandoná-las, revelando a fragilidade em que assentavam.

C) Convém ainda detalhar o desemprego por regiões com forte implantação têxtil analisando para o efeito os dados publicados pelos centros regionais de Emprego da SEPE.

C.1) Assim, na região Norte (compreendendo os distritos do Porto, Braga, Viana do Castelo, Vila Real e Bragança) havia no final de 1978 um total de 75.002 pedidos de emprego (valores acumulados) assim distribuídos:

Procura de novo emprego	56.198
Procura de 1º emprego.....	<u>15.137</u>
DESEMPREGO DECLARADO.....	71.335
Empregados que procuram mudar de emprego.....	<u>3.667</u>
PROCURA DE EMPREGO.....	75.002
<u>FONTE:</u> Boletim de Análise do Mercado de Emprego, SEPE	

Destes 75.002 pedidos de emprego, que são uma amostra significativa, 56,9% eram candidatos masculinos e 43,1% femininos.

Durante 1978 houve um acréscimo na procura de emprego de 10.544 candidatos, ou seja + 16,3%.

Quanto à repartição do desemprego por sexos é de notar que os pedidos de emprego femininos tiveram um acréscimo de 41,2% em relação ao final de 1977, e o desemprego juvenil 32,8%.

No que se refere à indústria têxtil verificou-se um agravamento na situação do emprego. No final de 1977 havia 6.790 pedidos de emprego de operários têxteis e no final de 1978 esse número subiu para 9.989 o que reflecte um acréscimo no desemprego têxtil de 47,1%. Estes 9.989 candidatos a emprego eram distribuídos:

Quadro V

PROFISSÕES	HOMENS	MULHERES	TOTAL
Fiandeiros, Tecelões, Op. malhas	1.371	2.469	3.840
Alfaiates, Costureiras, etc.	433	5.716	6.149
	1.804	8.185	9.989

A relação " procura/oferta " têxtil no último trimestre de 1978 era de 9.989 candidatos para 53 colocações ou seja 188/1, a mais alta das quatro principais profissões da indústria transformadora (ver gráfico IV).

A situação do sector têxtil também é gritante: enquanto a taxa média trimestral de crescimento do desemprego (saldo no fim do período) é de 11,4 por todas as actividades, é de 12,6 por sub-sector têxtil algodoeiro, malhas e lanifícios e 17,5 para o vestuário. Em síntese, numa situação grave o sector têxtil apresenta ainda maior gravidade.

- (C.2) Outra região com forte implantação da indústria têxtil é a que abrange o Distrito de Castelo Branco. Naquela região havia no final de 1978, 6022 candidatos a emprego o que representa em relação a 1977 um acréscimo de 18,6%, e de 521,4% (2) comparativamente ao ano de 1974. Neste agravamento do desemprego a indústria têxtil e das confecções representava a quinta parte do acréscimo global.

Como razões explicativas, a SEPE local cita: " Isto advém em grande medida, dos despedimentos resultantes de encerramentos de unidades daquela indústria têxtil ou de situações muito próximas que se traduzem, no geral, no não pagamento ou no pagamento irregular e tardio de salários o que leva alguns trabalhadores a denunciarem o contrato de trabalho e a optarem pelo subsídio de desemprego como forma de garantir o mínimo de subsistência.

1.3 Algumas Referências Internacionais

O desemprego no nosso país é grave, mas outro tanto se passa na totalidade dos países capitalistas, que não conseguem debelá-lo:

"O número de desempregados inscritos na zona da OCDE poderá aumentar em mais um meio milhão e apresentar cerca de 5 $\frac{1}{4}$ % da população activa civil no primeiro semestre do próximo ano, contra 5% no 1º trimestre deste ano (1978). O aumento do desemprego tende a generalizar-se sobretudo na Europa Continental. Mesmo nos Estados Unidos, onde não se prevê uma baixa da taxa de desemprego, o desemprego total poderá aumentar"(3).

Tal conclusão baseia-se na análise da evolução das taxas de desemprego no período 1976-1977 de alguns países da OCDE:

Quadro VI

"Taxas de desemprego corrigidas em alguns países da OCDE" a)

PAÍSES	1976	1977			
	4º trim.	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre
Estados Unidos	7,6	7,3	6,9	6,8	6,5
Japão	(2,0)	(2,0)	(2,1)	(2,2)	(2,1)
Alemanha (CEE)	(3,4)	(3,6)	(3,6)	(3,7)	(3,6)
França (CEE)	(4,6)	(4,9)	(5,2)	(5,6)	(5,2)
Reino Unido (CEE)	(6,3)	(6,3)	(6,7)	(7,6)	(6,8)
Canadá	7,4	7,8	8,0	8,2	8,3
Itália (CEE)	(6,3)	(6,7)	(6,8)	(6,8)	(7,5)
Austrália	4,5	5,2	5,7	5,9	5,5
Finlândia (EFTA)	4,3	4,8	5,9	6,6	7,1
Noruega (EFTA)	1,4	1,5	1,8	1,2	1,3
Espanha	5,3	5,4	5,2	5,9	6,3
Suécia (EFTA)	1,6	1,7	1,6	1,9	1,9

a) As taxas entre parêntesis foram corrigidas pela OCDE de maneira a serem alinhadas pelos padrões internacionais. O método utilizado foi descrito nas "Perspectivas Económicas nº 19, Julho 1976".

FONTE: Perspectivas Económicas de l'OCDE" nº 23 -Julho de 1978

Certos países viram a sua taxa de desemprego agravada substancialmente no período compreendido entre os últimos trimestres de 1976 e 1977 tal é o caso, por exemplo, dos quatro países da CEE, que figuram no quadro: Itália com um acréscimo de 19% , a França com 13%, o Reino Unido com 7,9% e a R.F.A. com 5,8%.

Dos três países pertencentes ao bloco da EFTA, a Finlândia e a Suécia sofreram aumentos nas taxas de desemprego de 65,1% e 18,7% respectivamente, enquanto a Noruega apresentou uma descida de 7,1%. Canadá e Austrália revelaram também uma tendência para o agravamento do desemprego com acréscimos na respec-

tiva taxa da ordem dos 12,1% e 22,2%, respectivamente.

Também nesses países o desemprego no sector têxtil tem assumido grande importância:

Em França, o patronato têxtil encontra-se perante grave crise. "BOUSSAC" e "RHONE-POULENC" dois grandes grupos económicos ameaçados pela concorrência internacional decidem elaborar "planos de reestruturação" que implicam o encerramento de empresas pertencentes a ramos que deixaram de ser rentáveis (caso da fiação) e sua posterior implantação em países do Terceiro Mundo e sobretudo África Negra; 6.000 desempregados no caso da Rhone-Poulenc e 2.500 na Boussac, tais são as perspectivas que o patronato oferece aos trabalhadores com a referida reestruturação.

2. RAZÕES DO DESEMPREGO NO SECTOR

Podemos sintetizar as razões fundamentais do desemprego no sector em dois traços:

- O sector têxtil em Portugal reflecte o que se passa na economia nacional e na economia internacional com os quais se relaciona de diversas formas.

- O sector têxtil reflecte a dinâmica global com especificidades.

Certamente que não se analisarão todos os aspectos; não se consideram as especificidades regionais, locais, empresariais, pessoais, etc, mas pensamos que nos capítulos seguintes se referem os aspectos centrais.

2.1. Razões Gerais Mas Actuantes

2.1.1. Exército Industrial de Reserva Necessidade Imperiosa da Acumulação Capitalista.

Não existe nenhuma lei da natureza que provoque a existência de maior população activa que a empregue na produção, mas as leis económico-sociais do capitalismo impõem a permanente existência de uma massa de desempregados: "O exército industrial de reserva(4) é tanto mais numeroso quanto a riqueza social, o capital em funcionamento, quanto mais consideráveis são a extensão e energia do proletariado e a força produtiva do seu trabalho. As mesmas causas que desenvolvem a força expansiva do capital provocam a disponibilidade da força operária; a reserva industrial deve aumentar com os recursos da riqueza. Quanto mais a grandeza relativa do exército industrial de reserva cresce, comparativamente ao exército activo de trabalho, mais cresce a sobrepopulação consolidada, excedente de população, cuja miséria é inversamente proporcional aos tormentos do seu trabalho. Mais cresce esta camada dos Lázaros da classe assalariada, mais cresce também o pauperismo oficial. Eis a Lei absoluta, geral, da acumulação capitalista". (5)

De que resulta, no concreto ?

a) De que os capitalistas têm necessidade dum aprovisionamento contínuo em matéria humana sempre aflorável e sempre disponível, como o tem de fontes energéticas, matérias-primas, etc.

b) Da ruína de pequenos agricultores, industriais e comerciantes, da sistemática proletarização de novos sectores.

c) Do aumento da composição orgânica do capital com a introdução de novas máquinas e equipamentos que dispensam trabalho humano.

d) Da concorrência no sector e entre sectores - que leva às mudanças de tipo de actividade - com sistemáticos processos de crescimento de uns e encerramento de outros.

e) Da intensificação do trabalho, admissão de menores, etc.

f) Da cobertura legal que estes processos têm etc, não se podendo esquecer que jogos com o desemprego é uma arma fundamental do patronato fora a limitação salarial.

Além disso, como veremos, a acumulação capitalista conduz e exige a existência de crises, caracterizadas pela destruição de capital: destruir o capital variável é despedir trabalhadores, diminuir salários.

A provar o afirmado estão as estatísticas : a) milhões de desempregados no mundo capitalista; b) taxas de desemprego de 5% serem consideradas nos EUA como correspondendo ao pleno emprego; c) tendência no pós-guerra (II grande guerra) a uma diminuição percentual igual ao do Produto Nacional corresponder um maior aumento percentual de desemprego; d) a dificuldade de absorver o desemprego no pós-crise 1975 mesmo quando já se registam em certas economias sinais de recuperação; e) Na OCDE a taxa de desemprego situa-se em 5,4% desde 1976....

2.1.2 Conjuntura Internacional

Não é desconhecido para ninguém que a economia capitalista desenvolve-se ondulatóriamente, com altos e baixos, com períodos de quebras bruscas e acen tuadas de produção (crises) e períodos de crescimento.

Assim, por exemplo, para citar apenas o andamento cíclico num país de que o sector têxtil tanto depende - a Inglaterra - desde o início do século registaram-se crises nas seguintes datas : 1907/08; 1913/14; 1920/21 e 1929/32 - as duas maiores crises do século - 1937/38; 1951/52; 1957/58; 1960/61; 1966/67; 1970/71 e 1974/76 só comparável à de 1929/32.

As crises manifestam-se por:

- não venda das mercadorias
- diminuição da produção e encerramentos
- aumento dos estoques
- aumento de desemprego,

embora a sua caracterização seja mais profunda; é um momento de exacerbamento de todas as contradições do capitalismo.

A crise de 1974/76 manifestou-se com:

- grande intensidade : diminuição de 15% na produção industrial entre Outubro de 1973 até Junho de 1975 fora o conjunto da economia dos seguintes sete países: Canadá, Estados Unidos, Japão, França, República Federal Alemã, Itália, Reino Unido.

- grande duração: 7 trimestres em quebra sistemática da produção e longo período de estagnação.

- simultaneidade de situação em quase todos os países capitalistas.
- acompanhamento de elevadas taxas de inflação,

Esta situação global, embora tivesse sido atenuada pelas transformações revolucionárias registadas em Portugal em 1975, - note-se que a parte do Produto Interno Bruto a preços constantes nas indústrias Transformadoras passou de 76,5 em 1974 para 72,7 milhões de contos em 1975 a que corresponde, pois, uma diminuição de 5% sentida pela economia nacional e pelo sector têxtil dado que a economia portuguesa mantém relações com os restantes países pela troca de mercadorias, pelos movimentos de capitais, pelo processo emigratório.

Não desenvolvemos muito estes aspectos mas interessar-nos-á referir algumas das suas ligações com o desemprego.

2.1.2.1. Efeitos Sobre Movimentos de Capital - Mercadorias

Vejamos alguns dados sobre a evolução das exportações nacionais no período mais recente:

Quadro VII

	Global	Têxtil e sua Obra
1974	4.706.739,0	167.309,6
1975	3.527.932,2	123.918,2
1976	3.878.597,9	121.259,2
1977	3.801.472,2	118.480,8

FONTE: Estatísticas do Comércio Externo - INE

Como se verifica houve um decréscimo das quantidades exportadas globais (-19,2%) e têxteis (-29,2%) entre 1974 e 1977.

É o resultado da diminuição do consumo no mundo capitalista e da defesa dos outros países face às dificuldades que o seu próprio sector têxtil também sente e do desemprego que também aí alastra.

Evidentemente que à diminuição das exportações corresponde uma diminuição de produção - não pode ser compensada pelo mercado interno -, as dificuldades das empresas, etc..

2.1.2.3. Efeitos Sobre Movimento de Capital Dinheiro

As perturbações produtivas no mundo capitalista foram acompanhadas e agravadas pela crise monetária e pela instabilidade cambial mundial.

À redução no investimento adicionou-se o desvio de brutais massas de capital dinheiro para a esfera especulativa, para o que muito contribuíram as multinacionais: na década de 70 estas apresentam um potencial especulativo de cerca de 3000 milhões de dólares.

O recente aumento do ouro e da prata no mercado mundial, que se seguiu a uma relativa acalmia em 1978, mostra que a situação continua.

Enquanto se especula não se investe e não se criam postos de trabalho.

A confiança empresarial decresce. Os movimentos de investimentos estrangeiros directo atenua-se. As trocas comerciais sofrem quebras. As fugas de capitais são práticas constantes.

A ameaça aos privilégios capitalistas que se processaram com o avanço da Revolução Portuguesa conduziram a fugas de capitais e à sabotagem, mas tais actos inseriam-se num ambiente similar no contexto mundial pelas razões apontadas.

É certo que as redes de crédito aberto a Portugal, sob a batuta do FMI, têm representado um movimento de capital-dinheiro significativo mas os seus credores não estão interessados em desenvolver a economia nacional: o reforço do aparelho produtivo e a melhor inserção do país na divisão internacional do trabalho são objectivos não só estranhos mas vedados a essas linhas de crédito (7).

Algumas medidas de política económica tradicionalmente utilizadas sob o slogan de "atrair capitais", de "aumentar a poupança" mostraram-se ineficazes.

2.1.3. Conjuntura Nacional

Como salientamos anteriormente, em estudo posterior analisaremos as relações entre a conjuntura têxtil e a conjuntura do conjunto da economia nacional mas desde já podemos afirmar que existem estreitas relações: de forma própria o sector têxtil reflete, com particularidades, o desemprego no conjunto da economia nacional.

2.1.3.1. Evolução da Produção

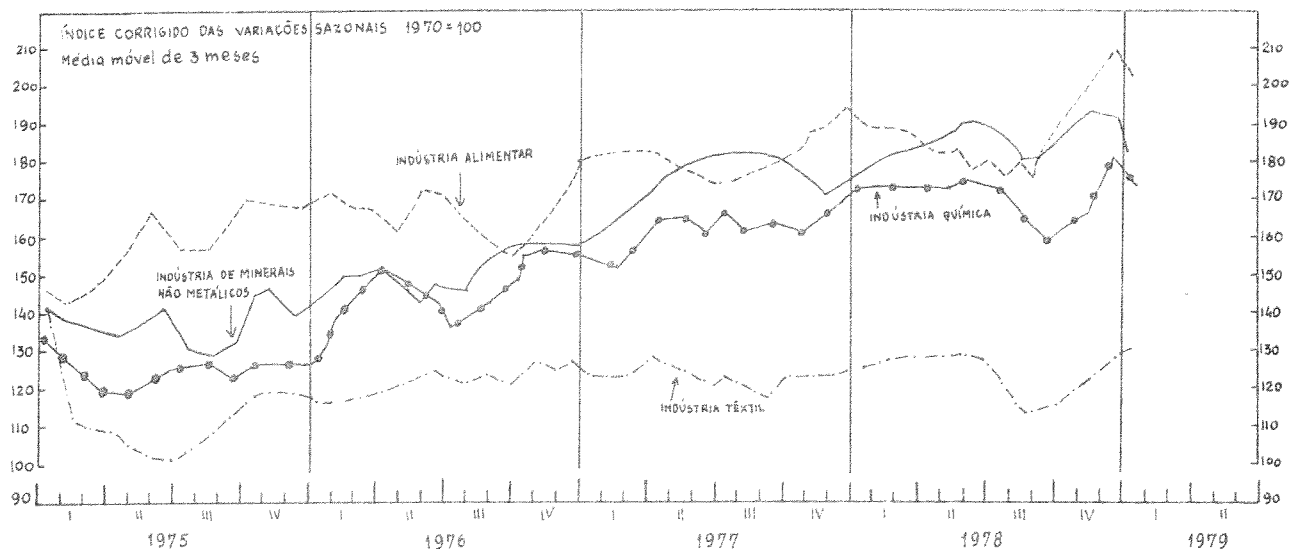
Em resultado das medidas de política económica restritiva verificou-se durante o ano de 1978 "uma grande redução na taxa de crescimento do PNB que de 5,4% em 1977 passou para 3,2% em 1978" (8).

Quanto à população industrial, excluindo a Administração Pública há a registar um acréscimo do PIB em cerca de 3%, valor este aquém do programa (3,6%) para a expansão do conjunto dos restantes sectores (9).

Na Indústria Transformadora e de acordo ainda com o relatório cito em 9, "verificou-se uma significativa desaceleração no seu ritmo de expansão: tendo crescido em 9,4% em 1977, estima-se que o seu crescimento em 1978 se tenha reduzido a 3,3%, ou seja pouco mais de 1/3 da taxa registada no ano anterior".

Dentro das transformadoras as indústrias da "alimentação, bebidas e tabaco" revelaram um acréscimo de 2,2% na taxa de crescimento do VAB entre 1977 e 1978. Todas as restantes sofreram diminuições sensíveis." A têxtil (compreendendo vestuário e calçado), embora revelasse uma vigorosa progressão das exportações, tem uma produção muito fraca" (Etudes économiques de l'OCDE - Portugal")

(ver gráfico a seguir)



OBS: In " Études Economiques de L'OCDE - Portugal "

Com uma tal política numa fase posterior à crise cíclica de 1974/75, num período em que a absorção do desemprego se tem revelado difícil, não é de estranhar que o desemprego continue a aumentar:

Quadro VIII

	1974	1975	1976	1977	1978
Desemprego (1000)					
- procura de novo emp.	45	136	151	160	150
- procura de 1º emp.	41	86	125	166	198
- taxa de desemprego (%)	2,2	5,6	6,7	7,9	8,4

FONTE: Inquérito Permanente ao Emprego

deparando-se em 1978 com a situação descrita em 1.2..

Também não é de estranhar que o sector têxtil seja bastante visado,

2.1.3.2. Evolução do Mercado Interno

O mercado interno poderia constituir uma importante alternativa às dificuldades que o sector têxtil português tem apresentado nos mercados externos.

A sua ampliação poder-se-ia processar sobretudo por duas vias:

- intensificação das trocas comerciais pelo adensamento dos circuitos produtivos. Neste contexto apareceria como particularmente relevante o desen-

volvimento de novos subsectores nomeadamente na "química têxtil" e na têxtil algodoeira, tapeçaria, lanifícios e malhas.

- alargamento do volume de vendas entre as empresas e estas e os consumidores finais. Dada a estreita dependência dos subsectores que produzem matérias primas dos que produzem para consumo final esta assume grande relevância.

Entretanto afectado pela conjuntura e mutilada pela política referida o mercado interno ou não se expande ou atrofia-se.

Novos sectores industriais não são lançados, projectos na "química têxtil" são paralizados.

A procura interna final afectada pelos aumentos de preços no consumidor, pela diminuição do salário real e pelo agravamento dos impostos sofreu em 1978 uma forte redução que não estimula o aumento dos consumos intermédios.

Vejamos um pouco melhor este aspecto.

Indice de Preços no Consumidor

	1977	1978	
			Base 100 = 1976
Alimentação e Bebidas	131,9	161,5	+ 22,4%
Vestuário e Calçado	118,7	141,8	+ 19,5%
Diversos	119,7	145,0	+ 21,1%
Despesas de Habitação	126,5	156,6	+ 23,8%

FONTE: "Boletim Mensal de Estatística" - INE nº 1-1979

O Consumo Privado que em 1977 representava na estrutura da Despesa Interna cerca de 75,6%, e 74,2% em 1978, "continuou a registar em 1978 um crescimento bastante abaixo da tendência de médio prazo, como resultado das políticas de estabilização e, em especial devido ao decréscimo dos salários reais". (9) (Relatório do Banco de Portugal - 1978) Mo que se refere ao consumo dos Têxteis; o Inquérito de Conjuntura ao Comércio promovido pelo INE revelou que as vendas de vestuário e calçado acusaram uma ligeira queda em 1978.

Acresce por outro lado, que o agravamento da carga fiscal ocorrido em 1978 recaindo prioritariamente sobre os rendimentos do trabalho e sobre o consumo (em 1974, os rendimentos do trabalho e consumo pagavam 66% dos impostos e os rendimentos do capital 28%. Em 1978, 77% dos impostos incidiam sobre os rendimentos do trabalho e consumo e 20% sobre os rendimentos do capital), provocou uma redução do rendimento disponível da grande maioria da população e consequentemente uma redução do seu poder de compra.

Dos aumentos dos preços e salários resultou, em síntese que os trabalhadores, que constituem uma fracção fundamental do consumo têxtil, durante o ano de 1978, viram reduzida a sua participação das suas remunerações na formação do Rendimento Nacional. Enquanto que em 1977 a proporção dos rendimentos de trabalho no R.N era de 54,6%, em 1978 passou para 50,3%. E não nos esqueçamos que uma diminuição do consumo final repercute-se na actividade produtiva no sector, nos investimentos, etc, mas de uma forma ampliada.

2.1.4. Processo Contra-Revolucionário e Repressão

A reacção do capitalismo nacional e internacional ao poderoso movimento reivindicativo desencadeado no nosso país logo após o 25 de Abril de 1974, teve em vista criar não só um clima de tensão social que possibilitasse as maiores dificuldades do poder político como ainda piorar as precárias condições da nossa economia através das mais diversas formas de sabotagem. Aproveitando-se da inexistência de leis protectoras, representantes do capital procederam ao encerramento das suas empresas lançando no desemprego milhares de trabalhadores. Só em 1974 ocorreram 20.200 despedimentos, dos quais 6.000 na construção civil e 8.000 em sectores exportadores. Para tal processo, as multinacionais contribuíram com 4.000 despedimentos. Alvo principal das iras do patronato eram os trabalhadores que mais se destacavam na defesa dos seus direitos. A partir porém da entrada em vigor do Dec. Lei 215-B/75 (Lei Sindical) o patronato foi obrigado a recuar nos seus propósitos em se ver livre dos trabalhadores mais activistas e com a promulgação do Dec. Lei nº 9372-A/75 ficaram proibidos os despedimentos sem justa causa, sendo a verificação de justa causa dependente de procedimento disciplinar. Em resultado desta protecção legal aos despedimentos o número destes atingiu apenas 6.500 trabalhadores, dos quais 3.700 pertenciam à construção civil.

Um ano mais tarde e em consequência das pressões da CIP e do capital estrangeiro foi publicado o Dec. Lei 841-C/76, que veio liberalizar os despedimentos. O número de trabalhadores despedidos aumentou extraordinariamente atingindo 40.000 em 1977 e 52.000 em 1978, segundo estimativa baseada em dados fornecidos pelos principais sindicatos.

Daquela total de 1978 e conforme foi referido em 1., 3.188 despedimentos verificaram-se na indústria têxtil dos quais 248 por repressão. Este agravamento dos despedimentos por repressão após a entrada em vigor do Dec. Lei 841-C/76 foi "facilitado" pela inoperância dos Tribunais de Trabalho em julgar com brevidade os milhares de processos que se têm avolumado nos últimos dois anos. O patronato tem-se aproveitado desta situação caótica promovendo despedimentos dos trabalhadores mais activistas jogando assim com o factor tempo.

Foi precisamente no sentido de cortar o aumento do caudal dos despedimentos dos dirigentes e delegados sindicais e membros das Comissões de Trabalhadores, que o Grupo Parlamentar do PCP apresentou à Assembleia da República o projecto de Lei 175/I. Segundo este diploma "o despedimento só pode ter lugar, por meio de acção judicial se contra ele se tiver pronunciado o trabalhador interessado e a Comissão de Trabalhadores, no caso de se tratar de um seu membro ou a Associação Sindical, no caso de se tratar de um membro dos seus corpos gerentes ou de delegado Sindical".

É tudo aquilo que dá força ao patronato que pode funcionar como causa de despedimento e não o contrário. A força dos sindicatos em todos os campos da sua actividade, nomeadamente na luta reivindicativa por aumentos salariais, são a melhor defesa contra o desemprego.

2.2. Razões Especificas Acumuladas

Se é inolvidável que a situação global tendente a um massiço desemprego no mundo capitalista é aspecto central para compreender o que se passa no sector têxtil - o que significa que o desemprego no sector não pode ser analisado e combatido desligado dos restantes sectores - também é verdade que este reflete a situação global com particularidades - o que significa que o desemprego no sector tem que ser essencialmente combatido pelos trabalhadores têxteis.

São algumas das particularidades que passaremos agora a analisar, de forma que nos permita responder às seguintes perguntas:

1. Como vimos a conjuntura internacional levou a um grande aumento de desemprego e apresenta dificuldades de absorção: encontra-se o sector têxtil português no contexto internacional numa posição (de aparelho produtivo, de tipo de produções de mercados, etc) exposta ou defendida em relação a essas intempéries económico-sociais ?

2. No contexto da evolução cíclica portuguesa o sector têxtil apresenta um comportamento ondulatório maior ou menor que a indústria transformadora ?

3. As empresas do sector têm a possibilidade de se equilibrarem, dentro do possível neste movimento cíclico e estrutural internacional aproveitando dessincronismos entre o mercado interno e externo, entre os mercados externos ?

4. Está o sector suficientemente bem organizado que lhe permita ultrapassar com maior facilidade as dificuldades ?

2.2.4. Estrutura Anárquica do Sector

O sector têxtil é, por excelência um sector capitalista, o que se reforçou com as desintervenções.

A concorrência produtiva e comercial entre empresas e subsectores é a regra do jogo. Este facto seria só por si suficiente para conferir um carácter anárquico ao sector mas não podem ser esquecidos muitos outros aspectos complementares.

- o elevado peso de empresas sem uma adequada organização interna de produção e gestão e de que são índices a baixa preparação de muitos industriais e o reduzido número de quadros técnicos.

- a inexistência de canais harmoniosos e acessíveis a todos os industriais para a prospecção e aproveitamento do comércio externo.

- o excessivo fraccionamento das unidades por funções mesmo em zonas de concentração e onde uma visão serena da situação facilmente detectaria a necessidade de formas de coordenação de esforços.

- o grande peso de capital alheio no conjunto das empresas do sector

- proliferação de formas de contractos de trabalho que refletem a "actividade de circunstância" de muitas empresas, como são os contratos a prazo.

- a existência de elevados volumes de trabalho externo e a manutenção de formas de trabalho assalariados típicos de fase anterior do desenvolvimento industrial, de manufatura, como é o caso do trabalho ao domicílio.

Os capitalistas oscilam sempre entre as duas possíveis aplicações da mais-valia: acumulação, consumo pessoal. A história da indústria têxtil revela que esta última foi preferida por longos sectores.

As fugas de capitais, as negociatas de ocasião, o desvio de fundos das empresas para usos pessoais, etc são práticas crescentes.

O encerramento de empresas, seguida da criação de outras, às vezes pelos mesmos capitalistas é prática corrente.

É frequente afirmar-se que uma das debilidades do sector têxtil português é o estar entalado entre uma indústria tecnologicamente desenvolvida, sofisticada, diversificada e de alta qualidade dos países capitalistas desenvolvidos, nomeadamente da Europa, e uma indústria débil mas de grande competitividade.

Sem dúvida que reflecte uma parte da realidade internacional da sector, da posição da indústria têxtil nacional na divisão internacional do trabalho e por isso mesmo podemos responder à primeira questão formulada afirmando que o sector têxtil português não está protegido minimamente das intempéries da economia internacional.

A "perda de competitividade" das empresas capitalistas nos seus mercados tradicionais por motivo da concorrência dos produtos oriundos dos países subdesenvolvidos é argumento para procederem ao encerramento das empresas. A justificação para as reestruturação e os despedimentos reside no facto de se tornar inútil defender o emprego nos sectores onde o "Terceiro Mundo" se compõe. A "compressão" dos salários é explicada pela necessidade de as empresas obterem lucros que possibilitem o investimento em sectores de maior rentabilidade ou "sectores de ponta". Os países capitalistas desenvolvidos passam então a exportar as indústrias menos rentáveis que exigem abundante mão de obra de pouca qualificação (caso da têxtil) para os países subdesenvolvidos, reservando para si as produções de alta composição orgânica do capital, de mão de obra qualificada e elevada tecnologia (electrónica, química, etc).

Contudo, convém reflectir um pouco sobre o limite da afirmação anterior por duas razões:

1. é um argumento que de forma um pouco diferente poderia ser usado por qualquer país em qualquer momento, além de que os raciocínios complementares são por vezes profundamente errados (10).

2. Tornou-se uma expressão ideológica do capital a mistificação das tradições do capitalismo sob a capa da actuação dos países subdesenvolvidos. Desde a inflação até aos desequilíbrios da balança de pagamentos, passando pela crise, a responsabilidade é-lhes atirada leviana ou cínicamente.

Aprofundemos, pois alguns aspectos, do segundo parâmetro (11).

A referida tendência a modificações da divisão internacional do trabalho existe mas tem nas multinacionais o seu sector principal. Ao decidirem instalar num país subdesenvolvido uma sua filial, a sociedade multinacional faz uma comparação salarial para uma mesma produtividade. Na Ásia Oriental (Coreia do Sul, Hong Kong e Singapura) o salário hora na indústria têxtil varia de 10 a 30 cents. contra 2,40 dólares (ou seja oito a vinte e quatro vezes mais) nos E.U.A. para uma produtividade equivalente e na electrónica a relação é de 1 para 7. Deste modo, as multinacionais têm interesse em implantar as suas filiais em países que, para uma igual produtividade, apresentem uma mão de obra mais barata do que a existente no país da sua sede. Cinco países: Coreia do Sul, Taiwan, Hong-Kong, Singapura e México, representam quase três quartos de todas as exportações dos produtos manufacturados do Terceiro Mundo as suas indústrias exportam para os países desenvolvidos: têxteis, vestuário e calçado, alimentos e bebidas, madeiras e móveis.

Vê-se assim que a concorrência dos países do Terceiro Mundo nos mercados europeus não representa outra coisa senão uma concorrência entre multinacionais. Não são portanto os países subdesenvolvidos que são culpados pela concorrência "selvagem" mas antes as multinacionais e as suas filiais que procuram lucros adicionais na exploração de uma mão de obra barata.

Evidentemente, como referimos, no domínio do emprego a alteração da divisão internacional do trabalho provoca efeitos sensíveis tanto nos países capitalistas desenvolvidos como nos subdesenvolvidos. Nos primeiros, o encerramento das empresas de menor rentabilidade provoca despedimentos maciços: entre 1966 e 1969, 400.000 empregados foram despedidos nos E.U.A. por motivo de transferência de empresas para outros países; em 1970, 7.000 trabalhadores de uma única sociedade perderam o seu emprego porque aquela foi transferida para Taiwan. Nos países subdesenvolvidos a implantação de filiais de empresas multinacionais contribuem para a falência de numerosas empresas que não podem acompanhar os salários daquelas e o desaparecimento do artesanato.

Por outro lado, o emprego resultante da implantação da filial de uma multinacional reveste-se de um carácter de grande instabilidade e pouco contribui para o desenvolvimento do país. Logo que surjam sintomas de alteração política, as filiais das multinacionais tratam de encerrar as portas, despedindo os trabalhadores e transferem-se para zonas que ofereçam melhores perspectivas de governos sólidos. É assim que as multinacionais têm preferido instalar as suas filiais em países onde vigorem regimes ditatoriais. Ao mesmo tempo que não oferecem garantia de estabilidade para o emprego, as filiais das multinacionais não promovem o desenvolvimento do país onde se implantam pois, elaborando apenas uma parte do produto ou efectuando a montagem dos diversos componentes recebida da empresa-mãe ou de outras filiais espalhadas em outras regiões impossibilitam que o país em questão, fique de posse dos conhecimentos tecnológicos suficientes para o fabrico do produto final.

A experiência portuguesa nestes aspectos, o recente desemprego em algumas empresas multinacionais, têxteis como a Algot, mostram no concreto o relacionamento entre esta apreciação geral e o afirmado inicialmente sobre a debilidade da situação da nossa têxtil no Plano Internacional, mas mostra um outro aspecto: não há divisão de interesses entre operários têxteis de países capitalistas desenvolvidos e dos países subdesenvolvidos, entre estes e aqueles e os dos países em situação intermédia, mas unidade contra as multinacionais e o sistema que alicerçam.

2.2.2. Sensibilidade conjuntural do sector

O sector têxtil é muito sensível ao movimento cíclico da economia portuguesa. Não só tem um comportamento ondulatório como a sua amplitude é maior (12) que a do conjunto da economia.

Isto significa que a alta conjuntura de 1973 foi mais importante no sector têxtil que no conjunto da economia nacional (em 1972 e 1973 temos crescimento de 12% e 15% na têxtil contra 6% e 6% na Ec. Nacional) mas a crise também foi sentida mais profundamente (em 1975 - 14% na têxtil contra - 5% na Economia Nacional) e a estagnação de difícil recuperação.

Assim, se a economia nacional se encontra num período de aumento de desemprego o sector têxtil também o está mas de forma mais vincada.

Aliás, acrescente-se os períodos de recuperação de produção tem sido feita desde 1968, pelo menos, mais com base na produtividade, intensidade de trabalho e melhor utilização da capacidade produtiva do que com aumento de emprego.

2.2.3. PME's e Mercado Interno

É conhecido o peso das pequenas e médias empresas no sector têxtil:

Quadro VIX

	ESTABELECIMENTO		TRABALHADORES	
	VA	%	VA	%
1-4	1.661	39,2	3.775	2,
5-9	689	16,3	4.410	2,4
10-19	540	12,7	7.520	4,
20-49	623	14,7	19.462	10,4
50-99	320	7,6	22.323	12,
100-199	203	4,8	28.665	15,4
200-399	114	2,7	32.286	17,3
400-999	68	1,6	44.214	23,6
≥ 1000	17	0,4	24.031	12,9
	4.235	100,	186.686	100,

As capacidades de produção existentes nessas empresas, as debilidades de organização interna e a concorrência que enfrentam nacional e internacionalmente levam-nas a grandes dificuldades de diversificação de mercados, à sua grande dependência de apenas dois, três ou quatro mercados preferenciais em que o mercado interno tem normalmente uma posição de destaque.

Quer dizer, as pequenas e médias empresas têxteis estão muito dependentes do que se passa em poucos mercados e apresentam reduzidas capacidades de reacção, o que se reflecte no sector no seu conjunto.

No actual período em que se verificam em certos mercados externos tendências de recuperação mas em que a política económica nacional tem levado a uma retracção no crescimento do consumo interno assiste-se a um fenómeno dualista: expansão de grandes empresas no sector e estagnação de muitas pequenas e médias empresas, ou menos ritmo de crescimento, o que faz com que o desemprego continue e sobrepondo-se a uma certa recuperação económica.

Vejamos o que os próprios organismos oficiais dizem:

De acordo com o "Relatório de Conjuntura 1977" do Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas Industriais (IAPMEI) existiam naquele ano 2063 PME's assistidas por aquele organismo, tendo os subsectores têxteis as seguintes posições;

		%
Têxtil Lã	178	8,6
Têxtil Algodão	149	7,3
Malhas	396	19,2
Confecção	579	28,

Depois de analisar para cada um dos subsectores os resultados do inquérito enviado pelo IAPMEI aos industriais, o Relatório conclui que a "generalidade das empresas inquiridas enfrentam uma perspectiva de quebra da procura tradicional, especialmente interna, neste caso como natural consequência da perda do poder de compra da generalidade dos consumidores, sendo tal perspectiva mais sen-

sível, nos subsectores de Confecções, Calçado, Cortiça e Lanifícios. E acrescenta ainda o referido Relatório que "as ~~mais~~ pequenas unidades foram as que na generalidade dos casos, não só denotaram as perspectivas económicas menos favoráveis, como foram de longe as que revelaram menor capacidade de absorver - do ponto de vista financeiro - os resultados da conjuntura económica de recuperação que em praticamente todos os sectores se sugere (excepção feita aos subsectores de Lanifícios e Confecções). Uma elevada percentagem de empresas deste tipo considera mesmo a possibilidade de se verificarem falências em sectores mais críticos".

Tal previsão veio a confirmar-se no decorrer do ano de 1978, com o acréscimo de 37,3% no número de falências sendo de 27,2% a parte do sector têxtil no total daquele ano (de acordo c/dados publicados pela COSEC - Companhia de Seguros de Crédito).

Sectores de Actividade	FALÊNCIAS					
	1977			1978		
	Nº	%	Capital Social (1)	Nº	%	Capital Social (1)
TOTAL.....	59	100,0	84 384	81	100,0	140 688
Transformadoras.....	20	33,9	44 110	32	39,5	67 378
Têxteis, vestuário e couro.....	15	25,4	22 110	22	27,2	32 578
Comércio.....	15	25,4	43 440	17	21,0	60 950

(1) 1000 escudos

FONTE: D. República

O impacto sobre o emprego no sector têxtil revelou-se no número de despedimentos colectivos que se verificaram ao longo daquele ano: 2.131 o que representa em relação ao número total de despedimentos do sector a elevada percentagem de 66,8%.

3. A OUTRA FACE: O EMPREGO

Até aqui temos estado a ocupar-nos do desemprego no sector têxtil mas nada se tem dito sobre o emprego e a evolução deste pode, em princípio, não ser a negação daquele. Com efeito, o aumento de desemprego pode ser acompanhado por um aumento de emprego, devido ao aumento de população, devido à transferência de trabalhadores para o sector têxtil.

Se no sector têxtil se verificasse um simultâneo aumento do emprego e desemprego algumas das conclusões anteriores não seriam válidas, mas não é isso que tem acontecido. O emprego ou não tem aumentado ou tem diminuído:

	<u>Têxteis</u>	<u>Vestuário e Calçado</u>
1974	102,4	115,4
1975	100,1	115,3
1976	99,6	115,7
1977	99,3	114,6
1978	98,3	116,5

Observações: Base 1968 = 100

FONTE: Relatório do Banco de Portugal

Ficam, assim, confirmadas as conclusões anteriores.

4. QUE SOLUÇÃO ?

O desemprego não é inevitável. É um produto social. É um produto do capitalismo.

Não pode haver total " direito ao trabalho " numa sociedade como a nossa e num sector como o têxtil mas é fundamental lutar contra o desemprego por duas razões fundamentais:

1. É possível atenuar o desemprego em capitalismo, para o que é fundamental, a organização sindical, a capacidade de luta, a mobilização de massas.
2. A luta contra o desemprego em capitalismo é parte integrante da luta contra o capitalismo, por outras palavras, pela consolidação das conquistas da Revolução de Abril, pela defesa da Constituição, por um Portugal em mutação rumo ao Socialismo.

Os trabalhadores têxteis, os trabalhadores portugueses têm apresentado alternativas claras à política actual. Convém contudo, fazer uma breve análise das alternativas que são apresentados pelo Capital.

4.1. Reconversão Dirigida pelo Banco Mundial

O Banco Mundial, organismo supranacional do grande capital, foi patrono de um ante-projecto governamental de reestruturação do sector.

Podemos dizer que pouco reestrutura mas muito desemprega:

"4.3 - autorização de redução temporária de mão de obra (máximo de 1 ano), às empresas que exportem mais de 50% da sua produção"

o que significa aumentar os despedimentos nas grandes empresas.

"6,3 - autorização de redução temporária de mão de obra (máximo de 1 ano) às empresas que criem novos postos de trabalho"

O que significa aumentar os despedimentos em troca de demagogia.

Também o processo de concentração e centralização do capital acarretaria resultados semelhantes.

4.2 Integração no Mercado Comum ?

A eventual integração de Portugal na CEE, manobra política do grande capital nacional e internacional, é apresentada como solução citada para os males da nossa economia.

Sê-lo-á para o desemprego no sector têxtil ?

É certo que os promotores das manobras não se cansam de fazer prolixas análises sobre o "direito ao trabalho na CEE" (13) e outras piruetas formais, mas que mostram as realidades?

A) "A taxa de desemprego no conjunto da CEE mais do que duplicou nos últimos cinco anos, passando de 2,2%, em 1973 para uma taxa que actualmente ronda os 5%" (14) - "no terceiro trimestre de 1978 as taxas de desemprego atingem 4,4% na RFA, 5,6% na França e Reino Unido, 7,2% na Bélgica, 7,5% na Itália, 8,6% na Dinamarca e 11% na Irlanda" (15), "correspondendo a um volume de desempregados que oscila entre 6 e 6,5 milhões, sem qualquer tendência significativa para a produção" (14).

Esta situação reflecte uma situação conjuntural da economia mundial capitalista mas revela igualmente tendências estruturais a que se fizeram alusão na referência à conjuntura internacional. Face a esta situação "a CEE tem-se revelado claramente incapaz de solucionar os seus graves problemas de emprego, sendo ineficazes os mecanismos de harmonização e "concertação" de que dispõe". (14)

B) A adesão de Portugal não contribuiria para a resolução dos nossos problemas de desemprego porque ao referido no ponto anterior é de acrescentar três outros aspectos:

- Os últimos dez anos provam que "a formação social portuguesa não possui dinâmica geradora de um número de postos de trabalho suficiente: o índice de emprego passou de 100 em 1968 para 107,0 no segundo trimestre de 1978, sendo 7% em dez anos manifestamente insuficiente" (15)

- "a plena adesão, atendendo às perspectivas para os anos 80 e convenções internacionais sobre migrações e os acordos que temos celebrado, não trará qualquer vantagem significativa em relação a futuros possíveis movimentos emigratórios portugueses e não constitui factor decisivo para a estabilização dos nossos actuais contingentes de emigrantes. Acresce que é mais do que provável a imposição, durante período relativamente largo, de restrições à plena liberdade dos trabalhadores portugueses" (14).

- a "vontade política" que está na base da adesão à CEE é a mesma da redução do sector empresarial do Estado e da sua dinâmica, pelo que não existem condições para romper a imobilidade de emprego referida.

C) O sector têxtil tenderia a ser particularmente afectada pela situação descrita por três tipos de razões:

- o sector têxtil da actual CEE atravessa grandes dificuldades e as metrópoles dos centros de decisão global tudo farão para entravar a concorrência dos têxteis portugueses - podendo estar mais abertos a negociações multinacionais com sedes em multinacionais como demonstra recentes acordos preferenciais de pautas aduaneiras com países subdesenvolvidos - para o que dispõem de grandes armas: dependência do nosso sector a montante e juzante, inferioridade tecnológica.

Desenha-se para a CEE uma política de destruição de sectores onde a produtividade já é baixa, aparecendo a têxtil num primeiro plano.

- O nosso sector têxtil apresenta um elevado conjunto de debilidades internacionais, mesmo abstraindo-nos dos parâmetros conjunturais já referidos. Os principais, em termos de emprego, são: grande peso de PME's, tendências de mono-indústria, reduzido nível tecnológico em grandes manchas empresariais, fraca competitividade de alguns subsectores, fraqueza da "química têxtil", incapacidade de gestão forjada no proteccionismo político do fascismo.

- Do impacto do nosso sector com a CEE resultará inevitavelmente:
+ invasão do nosso mercado interno por têxteis estrangeiros o que conduzirá à ruína de muitas pequenas e médias empresas.

+ processo de concentração e centralização do capital industrial e comercial ligado à têxtil com encerramentos de empresas e despedimentos em troca de equipamentos.

Além destes aspectos, como é óbvio, tornar-se-á muito mais difícil qualquer reestruturação progressista do sector.

4.3. Propostas dos Trabalhadores

O desemprego tem sido considerado uma preocupação fundamental dos trabalhadores têxteis. Quer no I congresso em 1976, como ainda no II congresso em 1978 e no "Encontro dos Trabalhadores das Empresas em Dificuldades", em Março de 1979, debruçaram-se sobre as causas do desemprego e propuseram medidas para o sustentar.

Conscientes de que a perda contínua dos postos de trabalho, como expressão típica que é da crise capitalista mundial, só pode ser combatida por alterações radicais na política económica e no sistema social de modo a garantir-se o cumprimento do constitucionalmente consagrado quanto ao Direito ao Trabalho, os trabalhadores têxteis ao apresentarem as suas propostas tiveram fundamentalmente em vista:

Defender o emprego, para o que propuseram:

- 1) Luta contra o desemprego e os despedimentos, pela revogação da legislação laboral sobre despedimentos, contratos a prazo.
- 2) Alteração dos critérios orientadores dos investimentos de modo que estes propiciem a criação de novos empregos.
- 3) Aproveitamento integral dos recursos produtivos, o que pressupõe o reinício da laboração das empresas paradas.

- 4) Desenvolvimento do mercado interno, sendo para tal necessário aumentar o poder de compra dos trabalhadores.
- 5) Diversificação dos mercados externos, englobando não só os países do Terceiro Mundo como os novos países de expressão portuguesa.
- 6) Apoio às pequenas e médias empresas, intervencionadas, cooperativas e em auto-gestão, pela concessão de crédito bonificado, financiamentos para investimentos e compra de matérias primas.
- 7) Apoio ao artesanato, nomeadamente os tapetes de Arraiolos e Bordados da Madeira.
- 8) Apoio aos trabalhadores das empresas com contractos de viabilização.
- 9) Alteração à actual estrutura e modo de funcionamento dos Tribunais de Trabalho.
- 10) Alteração do Código de Investimentos Estrangeiros de modo a impedir a liberalização dos movimentos de capital.
- 11) Alteração da Actuação da Banca relativamente às PME's do sector quer no que respeita ao crédito como na transformação das dívidas daquelas em capital social.
- 12) Controlo Operário que permita o funcionamento regular das empresas, a qualidade dos seus produtos, fixação de preços adequados, e sobretudo impeça as manobras sabotadoras dos representantes do capital nacional como e principalmente estrangeiro (multinacionais).

Os trabalhadores têxteis mostraram no seu II Congresso estarem conscientes que a reestruturação do sector pode implicar libertação da força de trabalho mas afirmam complementarmente:

" É possível a reconversão do sector têxtil sem criar desemprego, embora diminuindo o número de trabalhadores do sector.
Basta que essa libertação da força de trabalho seja progressiva e programada e sejam criados outros postos de trabalho alternativos, sejam criados cursos de formação profissional quer para a melhoria qualitativa quer para possibilidade de adaptação a outros sectores. Isto exige um planeamento nacional, quer global quer regional que atenda às necessidades das populações. O desenvolvimento regional assume grande importância em certas regiões onde o peso da monoindústria têxtil é maior (Guimarães, Bacia do Ave Covilhã).

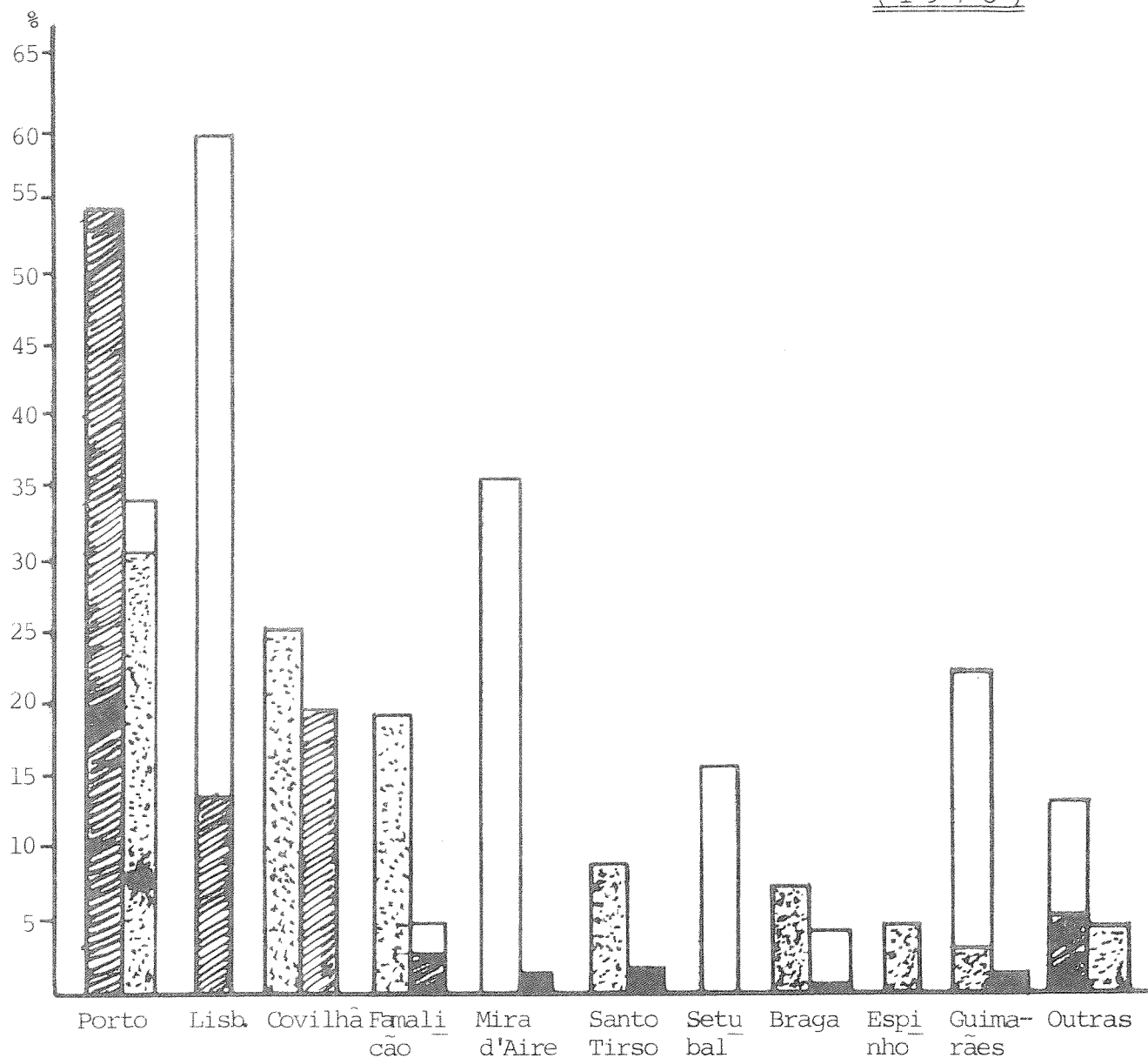
NOTAS

- 1) A observação fica apenas como alerta. As conclusões totais só poderão ser retiradas quando conjugarmos estas informações com a evolução da conjuntura subsectorial - que faremos em próximo número da Economia Têxtil - e com a situação estrutural de criação de valor e repartição de rendimentos - que será abordado no nº 3 da Revista Técnica do Trabalho.

- 2) Dados referidos do Relatório do Mercado de Emprego, publicada pelo Centro de Emprego.
- 3) De " Perspectives Economiques de L'OCDE, Julho 78
- 4) Isto é, a massa de desempregados
- 5) K. Marx, Le Capital, ed. sociales, vol.III, pg. 87
- 6) Não desenvolvemos aqui estes aspectos porque a análise da evolução conjuntural será objecto de detalhados estudos futuros.
- 7) Isto não significa que não hajam diferenças pontuais.
- 8) Etudes Economiques de l'OCDE - Portugal
- 9) Relatório do Banco de Portugal - 1978
- 10) Assim, por exemplo, é frequente atribuir os baixos preços dos produtos têxteis do Terceiro Mundo aos baixos salários. Daí a concluir da inflação ser uma consequência dos aumentos salariais vai um pequeno passo.
- 11) Veja-se sobre o assunto " Le Tiers-Monde est-il responsable de la crise?" Jacques Louis Fath, Economie et Politique, Março/79
- 12) Reanализaremos este aspecto em futuro estudo
- 13) Veja-se, por exemplo, " O Direito do Trabalho na CEE . A Projecção Social no Tratado de Roma" de Nogueira de Brito, advogado, Ex-Secretário de Estado de Urbanismo e Habitação, em "Democracia e Liberdade" n.10 (Revista da CIP e da Aliança dita Democrática)
- 14) Veja-se " A Adesão à CEE e os nossos problemas de emprego", Américo Ramos dos Santos, EC 19
- 15) Veja-se " As Perspectivas de Adesão de Portugal ao Mercado Comum - O Problema do Emprego", A. Cavalheiro, EC 21

DESPEDIMENTOS POR REGIÕES E TIPOS DE DESPEDIMENTO

(1 9 7 8)

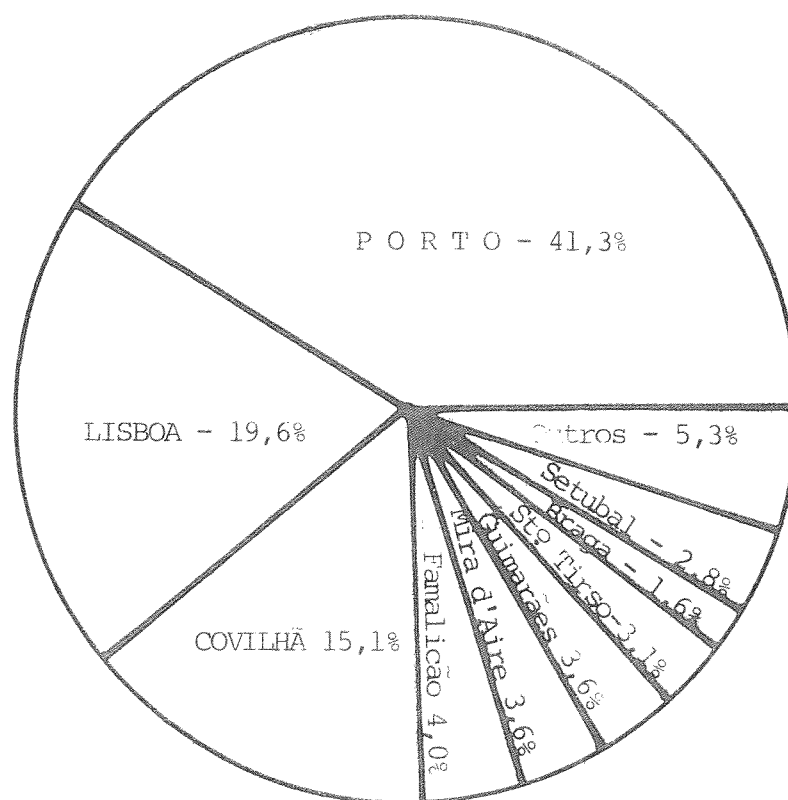


REGIÃO	INDIVIDUAL		COLECTIVO	
	P/Repres	Out.Mot.	P/Falên.	Out.Mot.
PORTO	30,6%	31,2%	54,0%	2,4%
LISBOA	-	-	13,7%	59,7%
COVILHÃ	25,4%	-	19,6%	-
FAMALICÃO	18,9%	4,4%	3,3%	-
MIRA D'AIRES	-	35,0%	1,2%	-
SANTO TIRSO	7,7%	-	1,9%	7,3%
SETUBAL	-	-	-	16,5%
BRAGA	5,6%	1,2%	0,6%	3,9%
ESPINHO	4,0%	-	-	-
GUIMARÃES	3,2%	12,8%	0,8%	10,2%
OUTRAS	4,6%	14,4%	4,9%	-
	100%	100%	100%	100%

GRAFICO II

DESPEDIMENTOS NO SECTOR TEXTIL

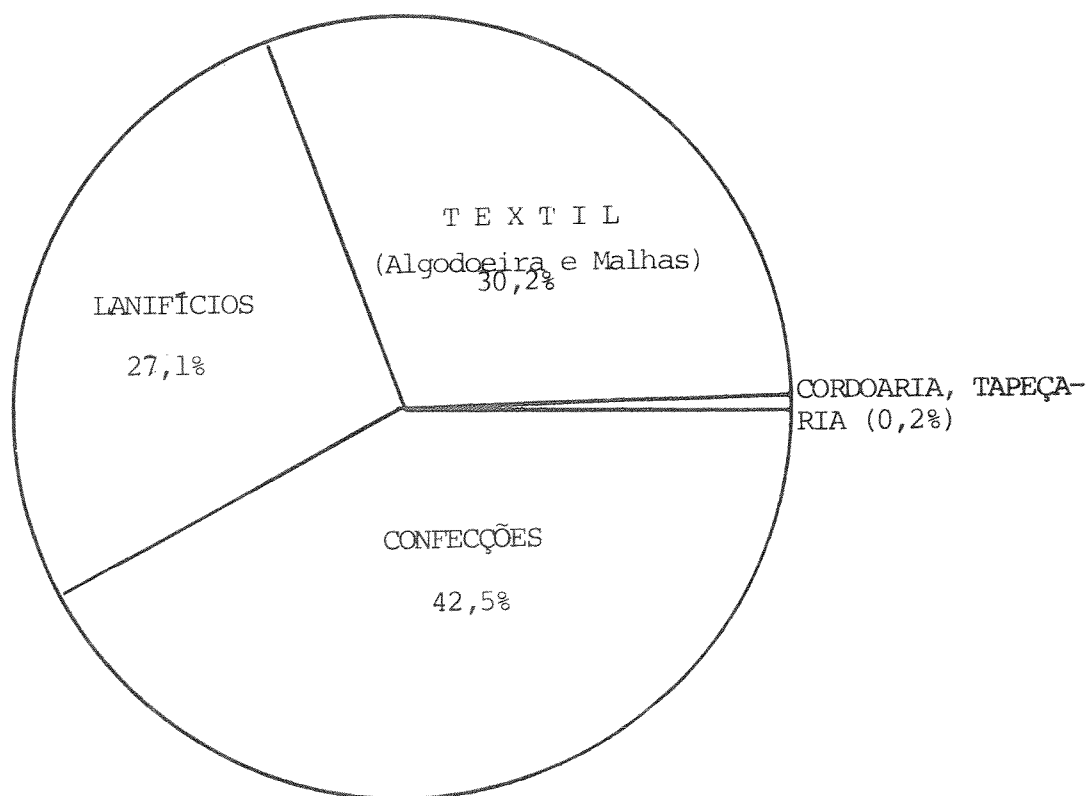
POR REGIÕES (1978)



REGIÃO	%
PORTO	41,3
LISBOA	19,6
COVILHÃ	15,1
FAMALICÃO	4,0
MIRA D'AIRE	3,6
GUIMARÃES	3,6
SANTO TIRSO	3,1
SETUBAL	2,8
BRAGA	1,6
OUTRAS	5,3
	100%

GRÁFICO III

DESPEDIMENTOS POR SUB-SECTORES (1978)



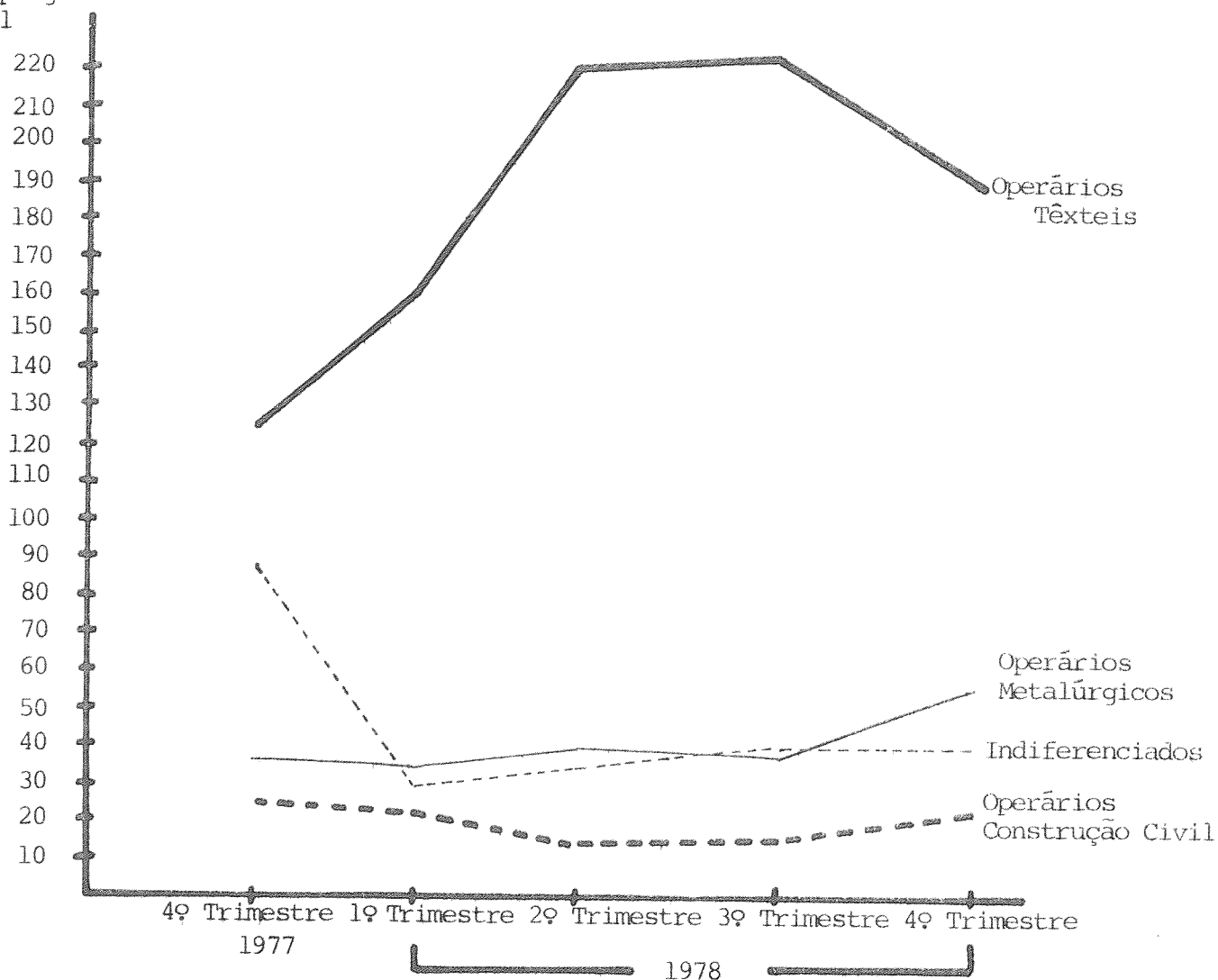
Sector	Desped.	%
TEXTIL (Alg. e Malhas)	961	30,2
LANIFÍCIOS	863	27,1
CONFECCÕES	1.356	42,5
CORDOARIA E TAPEÇARIA	8	0,2
	3.188	100,

GRAFICO IV

EVOLUÇÃO DA RELAÇÃO "PROCURA-OFFERTA" DE EMPREGO

REGIÃO-NORTE (Valores acumulados)

Nº de Candidatos
a 1 emprego dis-
ponível



	1977	1 9 7 8			
	4ºT.	1ºT	2ºT	3ºT	4ºT
OPERÁRIOS TÊXTEIS	125:1	160:1	220:1	222:1	188:1
OPER. METALÚRGICOS	37:1	35:1	39:1	38:1	54:1
OPER. CONST. CIVIL	24:1	22:1	14:1	15:1	22:1
INDIFERENCIADOS	88:1	31:1	35:1	39:1	40:1

FONTE: BOLETINS ANÁLISE DO MERCADO DE
EMPREGO - SEPE (PORTO)

CAPA I -

REGIÃO	Nº De Empres- sas (a)	Total de Trab. (b)	Total de Despedimentos		TIPO DE DESPEDIMENTO											
					Individual						Colectivo					
					Total		P/Repres.		P/Out.Motiv.		Total		P/Falencia		P/Out.Motiv.	
			VA	% (3)	VA	% (4)	VA	% (4)	VA	% (4)	VA	% (4)	VA	% (4)	VA	% (4)
(01)	(2) (a)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)	(16)	(17)
BARCELOS	13	1.125	29	2,5%	29	100%	3	10,3%	26	89,7%	-	-	-	-	-	-
BRAGA	14	440	53	12%	17	32%	14	86%	3	6%	36	68%	14	26%	22	42%
FAMALICÃO (1)	11	7.637	129	1,6%	58	44%	47	36%	11	8%	71	56%	71	56%	-	-
GUIMARÃES	27	3.433	116	3,3%	40	34,4%	8	6,8%	32	27,6%	76	65,5%	19	16,3%	57	49,2%
FAFE	2	2	2	100%	-	-	-	-	-	-	2	100%	2	100%	-	-
FÓVOA DE LANHOSO	1	9	1	11,1%	1	100%	1	100%	-	-	-	-	-	-	-	-
VILA NOVA DE CERVEIRA	1	8	8	100%	-	-	-	-	-	-	8	100%	8	100%	-	-
VIEIRA DO MINHO	1	4	4	100%	-	-	-	-	-	-	4	100%	4	100%	-	-
PORTO (2)	94	13359	1.318	9,8%	154	11,7%	76	5,8%	78	5,9%	1.164	88%	1.151	87%	13	0,9%
ESPINHO	4	69	10	14,4%	10	100%	10	100%	-	-	-	-	-	-	-	-
CORTEGAÇA	1	250	1	0,4%	1	100%	1	100%	-	-	-	-	-	-	-	-
ESMORIZ	2	220	2	0,9%	2	100%	2	100%	-	-	-	-	-	-	-	-
S.JOÃO DA MADEIRA	2	100	9	9%	9	100%	3	33,4%	6	66,6%	-	-	-	-	-	-
AROUCA	1	70	45	64%	-	-	-	-	-	-	45	100%	45	100%	-	-
VILA DA FEIRA	1	14	1	0,7%	1	100%	1	100%	-	-	-	-	-	-	-	-
SANTO TIRSO	15	2.617	101	3,8%	19	18,8%	19	18,8%	-	-	82	81,2%	41	40,6%	41	40,6%
COVILHÃ	19	717	482	67,2%	63	13%	63	13%	-	-	419	87%	419	87%	-	-
MANGUALDE	1	20	4	20%	4	100%	-	-	4	100%	-	-	-	-	-	-
MIRA D'AIRES	2	200	115	57,5%	90	78%	-	-	90	78%	25	22%	25	22%	-	-
LISBOA (3)	10	766	626	82%	-	-	-	-	-	-	626	100%	292	46,6%	334	53,4%
SETÚBAL	2	145	92	63,4%	-	-	-	-	-	-	92	100%	-	-	92	100%
TORRES NOVAS	1	370	40	10,8%	-	-	-	-	-	-	40	100%	40	100%	-	-
	224	31.575	3.188	10,1%	498	15,6	248	7,8%	250	7,8%	2.690	84,4%	2.131	66,8%	559	17,6%

OBSERVAÇÕES:

- (1) - Compreende Trofa
 (2) - " Vila Nova de Gaia, Motosinhos, Maia, Rio Tinto
 (3) - " Alhos Vedros, Olivais Sul, Moscavide, Almada
 (a) - Refere-se a empresas onde se verificaram despedimentos

b) Total de trabalhadores das empresas em que se verificaram despedimentos

MAPA II

[illegible]

MAPA V

[illegible]